

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PARECER nº****A MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO Nº 115/2023 –GG****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06, de 10 de agosto de 2023, que:****ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE  
1º DE NOVEMBRO DE 2005.****RELATOR: DEP.****I – RELATÓRIO**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei Complementar do Governo de nº 06/2023, encaminhado através da Mensagem do Poder Executivo de nº 115, de 10 de agosto de 2023, que altera a Lei Complementar nº 56, de 01 de novembro de 2005.

Em fundamento à sua pretensão, o Excelentíssimo Senhor Governador encaminhou o presente projeto que tem por objetivo promover alterações na Lei Complementar nº 56, de 1º de novembro de 2005, visando atualizar a organização interna da Procuradoria do Estado - PGE/PI. Com a proposta de inclusão da Procuradoria-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos e da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado no Conselho Superior da PGE/PI, por meio de proposta de emenda constitucional nº 01, de 10 de agosto de 2023, pretende-se suprimir essa lacuna. Assim, o presente Projeto de Lei Complementar visa proporcionar a manutenção da compatibilidade vertical entre a Lei Complementar nº 56, de 1º de novembro de 2005 e a Constituição do Estado do Piauí.

Acrescente-se, ainda na linha de incremento da organização interna e governança da PGE/PI, que o Centro de Estudos passará a integrar a Escola, a qual passará a contar com o seu Conselho Curador, a fim de coalizar as atividades desenvolvidas para seu maior aproveitamento. Ademais, a presente Proposição visa instituir o Programa de Residência Jurídica, a ser gerido pela Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, objetivando a formação e capacitação dos profissionais da área jurídica; desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, com o fomento da pesquisa básica ou aplicada de caráter científico na área do direito e de políticas públicas e o desenvolvimento de novos serviços e processos de trabalho. O Programa de Residência Jurídica será destinado a Bacharéis em Direito e se constituirá numa excelente oportunidade para o aprimoramento do conhecimento adquirido, acúmulo de experiência jurídica e enriquecimento na produção de pesquisas, e atuação dos residentes em um órgão de representação jurídica de excelência. Necessária, também, alteração no limite dos recursos do Fundo de Modernização da Procuradoria-Geral do Estado que serão partilhados



entre a Escola Superior da PGE e a Procuradoria-Geral do Estado, tendo em vista a inclusão do Centro de Estudos na estrutura interna da Escola. Como se trata de matéria relativa à legislação complementar, imperiosa a aprovação do presente Projeto de Lei Complementar, instituindo o Programa de Residência Jurídica e estruturando a organização interna da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado, profícuos para a integração e crescimento instrutivo do órgão de representação jurídica do Estado.

Examinando a questão passo a opinar.

## II – VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, registra-se que não se divisa de qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição sob exame perfeitamente conformada as limitações formais e matérias ao poder reformador.

Igualmente, anota-se que a técnica legislativa não demanda reparos.

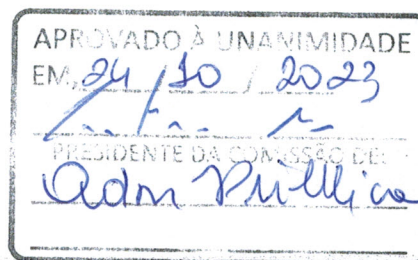
Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pelo Chefe do Poder Executivo, **no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade**, motivo pela qual, entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

## III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição ( )



*Dep. Helio Rodrigues acate o Parecer da Comissão de Justiça*

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 17 de setembro de 2023.

DEP. *ZIZA CARVALHO*  
RELATOR

